

PERSPECTIVA

Desobediência civil profissional – responsabilidades da sociedade médica após Dobbs

Professional civil disobedience — medical-society responsibilities after Dobbs

Matthew K. Wynia¹

1. Médico. Center for Bioethics and Humanities and the School of Medicine, University of Colorado, and the Colorado School of Public Health, Aurora, Colorado, EUA

“Em alguns casos, a lei exige condutas eticamente inaceitáveis. Quando os médicos acreditam que uma lei viola os valores éticos ou é injusta, eles devem trabalhar para mudar a lei. Em circunstâncias excepcionais de leis injustas, as responsabilidades éticas devem substituir os deveres legais.” (Código de Ética Médica da Associação Médica Americana)

O que os médicos devem fazer quando uma lei exige que eles prejudiquem um paciente? Esta questão tornou-se premente à medida que os médicos lidam com as implicações das leis estaduais que proíbem o aborto. Quando essas leis ameaçam direta e imediatamente a saúde dos pacientes, os médicos devem desobedecê-las coletivamente – ou seja, devem se envolver em desobediência civil profissional?

A lei do Mississippi em questão no recente caso da Suprema Corte Dobbs v. *Jackson Women's Health Organization* chamou os abortos eletivos realizados após 15 semanas de gestação "degradantes para a profissão médica". A maioria dos juízes concordou, alegando que a lei estadual que proíbe tais abortos preservaria "a integridade da profissão médica". No entanto, os

principais grupos médicos dos EUA argumentaram desde então que é a decisão do Tribunal em Dobbs rebaixa e ameaça à integridade da profissão, uma vez que as leis que proíbem o aborto podem obrigar os médicos a escolher entre prejudicar os pacientes ou infringir a lei.

A AMA chamou Dobbs de “uma permissão flagrante de intrusão do governo na sala de exames médicos, um ataque direto à prática da medicina e à relação médico-paciente e uma violação descarada dos direitos dos pacientes a serviços de saúde reprodutiva baseados em evidências”. A Academia Americana de Médicos de Família escreveu que a decisão “impacta negativamente nossas práticas e nossos pacientes, minando a relação médico-paciente e potencialmente criminalizando os cuidados médicos baseados em evidências”. O *American College of Physicians* declarou: “A decisão de uma paciente sobre continuar uma gravidez deve ser uma decisão privada feita em consulta com um médico ou outro profissional de saúde, sem interferência do governo”. E o CEO do *American College of Obstetricians and Gynecologists* chamou Dobbs de “trágico” para os pacientes, “o ato mais ousado de interferência legislativa que vimos neste país” e “uma afronta a tudo o que atraiu meus colegas e eu para a medicina”

Organizações médicas raramente são tão unidas. No entanto, mesmo muitos médicos que se opõem ao aborto reconhecem que é melhor deixar as decisões com nuances médicas nas mãos de pacientes individuais e seus médicos – não de legisladores estaduais. As proibições do aborto já estão pressionando os médicos em alguns estados a esperar até que os pacientes fiquem gravemente doentes antes de intervir em casos de gravidez ectópica ou aborto séptico, entre outros problemas (1).

Além de emitir declarações com palavras fortes, que ações as organizações médicas devem tomar diante das leis que ameaçam o bem-estar dos pacientes? Eles devem apoiar o estabelecimento de comitês para decidir quando a vida de uma pessoa grávida está em perigo suficiente para justificar um aborto? Eles deveriam defender a permissão para que os pacientes viajem para outros lugares para atendimento? Ou eles devem encorajar seus membros a fornecer cuidados médicos baseados em evidências, mesmo que isso signifique aceitar – em massa – multas, suspensões de licenciamento e prisão potencial? Por quanto tempo uma lei estadual perigosa poderia sobreviver se a profissão médica, como um todo, se recusasse a ser intimidada a prejudicar os pacientes, mesmo que tal recusa significasse que muitos médicos pudessem ir para a cadeia?

Existem vários argumentos a favor de associações profissionais que apoiam a desobediência civil por seus membros. Em primeiro lugar, a desobediência civil coletiva por um grupo profissional evitaria a crítica mais comum e poderosa feita contra a desobediência civil, que pode levar à anarquia.

A desobediência civil é um “ato público, não violento, consciente, mas político, contrário à lei”, realizado com o objetivo de alterar uma lei injusta (2). Mas o respeito às leis é necessário para manter uma sociedade civil. Fazer com que cada pessoa escolha quais leis obedecer e quais desobedecer é uma receita para o caos. Os proponentes mais conhecidos da desobediência civil – Henry

David Thoreau, Mahatma Gandhi, Martin Luther King Jr. – todos levaram a sério a ameaça de desrespeito irrestrito às leis sob o pretexto de desobediência civil. Em sua carta de 1963 da prisão de Birmingham, King argumentou que as pessoas devem respeitar as leis justas, mas ele também escreveu: “a lei e a ordem existem com o propósito de estabelecer a justiça”, e ele concordou com Santo Agostinho que “uma lei injusta não é lei de forma alguma.” Ele descreveu uma “responsabilidade moral de desobedecer a leis injustas” e estabeleceu critérios para ajudar as pessoas a decidir quando leis, como as que defendem a segregação racial, são suficientemente injustas para justificar a desobediência aberta. Gandhi estava ainda mais preocupado com o caos e lançou greves de fome para conter seus próprios apoiadores quando acreditava que eles haviam ido longe demais em sua desobediência às leis.

Mas a desobediência civil profissional representa pouca ameaça de anarquia. Ao contrário de uma situação em que cada pessoa decide obedecer ou desobedecer a uma lei, a decisão conjunta de um grupo profissional, após um debate franco e racional, para apoiar a desobediência de uma lei injusta pode eventualmente reforçar a coesão social, elevar a confiança na profissão e ajudar as comunidades evitar erros trágicos. Afinal, espera-se que as profissões protejam pessoas vulneráveis e valores sociais fundamentais (3). Tal decisão ainda seria controversa, no entanto. A desobediência civil não é violenta, mas eleva e destaca o conflito e muitas vezes leva à violência contra as pessoas que desobedecem à lei (4). A desobediência civil profissional sem dúvida exigiria uma coragem tremenda.

Propor a desobediência civil profissional às leis estaduais que proíbem o aborto pode parecer ingênuo. Historicamente, os médicos raramente foram radicais, e a maioria se conformou com leis e políticas ruins, até mesmo horríveis – como aquelas que autorizam programas de esterilização forçada nos Estados Unidos e na Alemanha nazista, o uso de hospitais psiquiátricos como prisões políticas na União Soviética, e brutalidade policial sob o *apartheid* na África do Sul. Com muita frequência, a medicina organizada não cumpriu seu dever de proteger os pacientes quando isso exigia agir contra a autoridade do Estado. Embora existam muitos exemplos de médicos corajosos desafiando leis ou regulamentos injustos, exemplos de apoio aberto a esses médicos por suas associações profissionais – como a oferta da AMA de apoiar médicos que se recusaram a se envolver em interrogatórios “reforçados” (ou seja, tortura) durante a Guerra do Iraque — são incomuns. E a desobediência civil em toda a profissão – como médicos holandeses que optam por entregar coletivamente suas licenças em vez de praticar sob o domínio nazista – é rara (3).

Nunca saberemos o que poderia ter acontecido se os psiquiatras soviéticos tivessem se recusado coletivamente a participar da colocação de prisioneiros políticos em instalações psiquiátricas, ou se os médicos do *apartheid* na África do Sul tivessem se recusado a apresentar relatórios falsos sobre prisioneiros feridos ou assassinados pela polícia. Mas quando uma sociedade toma um rumo errado e os profissionais médicos vão junto, a desconfiança na medicina cresce e a mudança social deve ser impulsionada por outros grupos ou a sociedade falha.

Argumentos adicionais a favor de associações profissionais que apoiam formalmente membros que desobedecem a leis injustas de aborto incluem a afirmação de que as proteções profissionais de “consciência” devem se aplicar igualmente aos médicos que se recusam a participar de abortos e àqueles que são obrigados pela consciência a prestar assistência ao aborto. proteger diretamente a saúde do paciente também é a maneira mais segura de limitar os danos causados a pacientes por essas leis; pode haver danos a futuros pacientes se vários médicos tiverem suas licenças revogadas ou forem presos por desobediência civil, mas as necessidades de futuros pacientes hipotéticos não devem superar as necessidades de pacientes reais que enfrentam perigo hoje. Finalmente, atos de desobediência civil sancionados profissionalmente, abertos e em larga escala podem, no final, ser menos arriscados para os médicos do que estratégias envolvendo grupos profissionais que tentam ajudar os membros a contornar leis antiéticas ou médicos individuais agindo sorrateiramente contra uma lei ou assumindo uma posição isolada.

Um debate ponderado sobre se e como embarcar em um caminho de desobediência civil profissional levará tempo e compromisso. Os médicos precisarão trazer propostas específicas para suas associações profissionais sobre maneiras de ajudar os membros que desobedecem a leis injustas, inclusive fornecendo apoio legal, financeiro e social. Mas acredito que agora é a hora dessas conversas começarem. A desobediência civil profissional pode ser o que é necessário para reparar o tecido moral de nosso país e a integridade de nossa profissão, que foi tão imprudentemente rompida pelo Supremo Tribunal Federal.

Tradução livre de:

N Engl J Med 2022; 387:959-961; September 15, 2022

<https://doi.org/10.1056/NEJMp2210192>

REFERÊNCIAS

1. Arey W, Lerma K, Beasley A, Harper L, Moayed G, White K. A preview of the dangerous future of abortion bans — Texas Senate Bill 8. N Engl J Med 2022;387:388-390. [link](#)
2. Lyons D. Civil disobedience. In: Mandle J, Reidy DA, eds. The Cambridge Rawls lexicon. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press, 2014. [link](#)
3. Wynia MK, Latham SR, Kao AC, Berg JW, Emanuel LL. Medical professionalism in society. N Engl J Med 1999;341:1612-1616. [link](#)

4. Chenoweth E. Civil resistance: what everyone needs to know. New York: Oxford University Press, 2021. [link](#)
 5. Harris LH. Recognizing conscience in abortion provision. N Engl J Med 2012;367:981-983. [link](#)
-

© This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited